

A EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO E DO TEMPO, E A CIDADANIA NA METRÓPOLE

José Almir Farias Filho

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFRJ

RÉSUMÉ:

La ville est la scène d'une trame complexe et intense où de façon continue et simultanée se développe la construction d'une culture urbaine et la projection politique, économique et sociale de la citoyenneté. Dans ce drame frénétique, espace et temps agissent directement sur l'établissement des droits des citoyens et l'évolution de la grande métropole.

Cette question est pertinente, surtout au moment actuel où la société brésilienne mène des efforts pour démocratiser et reposer le rôle de l'Etat, très lié au développement des villes, qui est en crise de représentativité et figé par des pratiques bureaucratiques et despotiques. Malgré le rapport évident entre la ville et la citoyenneté, les paradigmes qui définissent aujourd'hui les politiques publiques — économiques et sociales — semblent obéir

à des logiques diverses. Ceci implique, dans la pratique, des projets urbains incapables de résoudre de façon satisfaisante les grands défis posés par les villes contemporaines.

A partir de la contribution conceptuelle des différents domaines — urbanisme, philosophie, géographie, histoire, sociologie et droit —, cet article cherche à examiner l'importance des catégories d'analyse de l'espace et du temps pour la compréhension des transformations des structures physiques, sociales et politiques des villes contemporaines, aussi bien que leur portée dans la conquête de la pleine citoyenneté de ses habitants.

A Percepção do Espaço, do Tempo e a Representação do Lugar

O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana e, tam-

bém, conceitos indissociáveis às análises dos processos de vida e morte das cidades. O advento do industrialismo, da democracia representativa e da metrópole capitalista vieram fixar novas condições de espaço e de tempo, que acabaram por influenciar e moldar radicalmente a vida da população citadina. Daí a grande importância que os estudiosos da cidade dão a tais categorias enquanto, curiosamente, ocorre o inverso com os habitantes da cidade que pouco discutem o seu sentido, sendo uma tendência dominante dar-lhes atribuições do senso comum ou auto-evidentes.

Neste século, a formação de gigantescas cidades, enormes bolhas artificiais até então jamais construídas, impuseram à sociedade urbana a alteração profunda de seus hábitos e formas tradicionais de sociabilidade. Para habitar e circular em densas aglomerações humanas, o homem se viu obrigado a incorporar novos e complexos condicionamentos, refinando sua capacidade de discernir e diferenciar os diversos conjuntos de signos que se sobrepõem no espaço urbano. A cidade passou a ser o palco de uma vertiginosa e intrincada trama onde se desenrolam, simultânea e continuamente, a projeção política e econômica da sociedade e a invenção de uma cultura urbana, materializados pela multiplicação e efemeridade das formas, em lapsos cada vez mais breves.

O espaço e o tempo, na metrópole, condicionam tanto os projetos urbanos quanto as lutas pela cidadania plena, estabelecendo novos desafios para a conquista do direito à cidade. De fato, diante de sua importância estratégica para a melhoria das condições de vida urbana, parece necessário averiguar em que medida o habitante da cidade enfrenta a dinâmica espaço-tempo que lhe é imposta: se é possível uma percepção crítica e consciente capaz de ampará-lo nas práticas e processos sociais, ou se esta percepção, ao contrário, se efetiva em diferentes movimentos, por vezes conflitantes, subjugando-o e levando-o a uma dissincronia entre o que produz e o que percebe.

Para Merleau-Ponty o espaço e tempo mantêm uma relação estreita com a subjetividade. A existência, espacial ou temporal, não pode ser atributo exterior ou contingente; ela não pode ser o que quer que seja sem sê-lo por inteiro, sem retomar e assumir seus "atributos" e fazer deles dimensões de seu ser, de forma que uma análise pouco precisa do espaço e do tempo na realidade diz respeito à própria subjetividade. O espaço não deve ser percebido apenas como um espaço reflexivo (do intelecto) ou da experiência empírica (do ambiente das coisas)⁽¹⁾, mas como um espaço que não escorregue nas aparências, que sobreviva à subversão das aparências, sendo necessário investigar a experiência originá-

1 - No primeiro caso, lida-se com o espaço físico, com suas regiões diferentemente qualificadas (as relações concretas entre as coisas segundo o alto e o baixo, a direita e a esquerda, o próximo e o distante); no segundo caso, descobre-se uma capacidade única e indivisível de traçar o espaço, lida-se com o espa-

ço geométrico cujas dimensões são substituíveis, tem-se a espacialidade homogênea, onde se pode pelo menos pensar uma mudança de lugar que não modificaria em nada o móbil. (Merleau-Ponty, 1994:328)

ria do espaço para aquém da distinção entre a forma e o conteúdo. O tempo, por sua vez, não é um processo real, uma sucessão efetiva que o sujeito se limitaria a registrar. Ele nasce da relação do sujeito com as coisas; nas próprias coisas, o porvir e o passado estão em uma espécie de preexistência e de sobrevivência eternas. (Merleau-Ponty, 1994:328 e 551).

Sob certos aspectos mais complexo que o tempo, o espaço é tratado como um atributo objetivo das coisas que pode ser medido e, portanto, apreendido. Essa percepção gera conflito em parte precisamente porque é este o sentido de espaço utilizado para regular a vida social e dar sentido a conceitos como direitos territoriais (Harvey, 1993). O tempo também admite processos e percepções mentais diferenciados levando a sociedade moderna a distinguir muitos sentidos de passagem do tempo que se entrecruzam — tempo da família, tempo do trabalho, tempo industrial —, e que oferecem uma sensação de segurança num mundo em que o impulso geral do progresso parece ser sempre para frente e para o alto. São movimentos cíclicos e repetitivos. Harvey admite que desses diferentes sentidos de tempo fazem surgir sérios conflitos como o tempo-capitalista que se recondiciona incessantemente em busca de maiores lucros e o tempo-afetivo que leva o homem a fazer algo melhor no presente para deixar alguma coisa para seus filhos. Por tais razões o tempo é usado na retórica po-

lítica de maneiras confusas⁽²⁾.

Espaço e tempo, para a sociedade moderna, são fatos da natureza, naturalizados através da atribuição de sentidos cotidianos comuns. A idéia de um sentido único e objetivo de tempo e espaço com base no qual é possível medir a diversidade de concepções e percepções humanas é contestável. Sem defender a dissolução da distinção objetivo-subjetivo, Harvey insiste em que reconheçamos a multiplicidade das qualidades que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em sua construção. Em uma perspectiva materialista, as concepções objetivas de espaço e tempo são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social. Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço.

Tanto a percepção fenomenológica de Merleau-Ponty como o pensamento dialético de Harvey nos levam a compreender que a cidade não é para o seu habitante um objeto com mil facetas, uma soma de percepções, nem tampouco a lei de todas essas percepções. Assim como se manifesta a mesma essência afetiva nos gestos de sua mão, em seu andar e em sua voz, cada percepção expressa em uma viagem única através da cidade — pelos bares, os rostos das pessoas, pelas avenidas a beiramar, nas curvas dos morros — é recortada

2 - A incapacidade de adiar prazeres costuma ser usada pelos críticos conservadores, por exemplo, para explicar a persistência do empobrecimento numa sociedade afluyente, embora essa

sociedade promova sistematicamente o financiamento de prazeres presentes como uma das principais engrenagens do crescimento econômico (Harvey, 1993:188).

no ser total da cidade. Isso não faz senão confirmar um certo sentido de cidade. Quando se chega a uma cidade pela primeira vez, as primeiras ruas que se vê à saída da estação são, como as primeiras falas de um desconhecido, as manifestações de uma essência ainda ambígua, mas já incomparável. Existe ali um sentido latente, difuso através da paisagem ou da cidade, que reconhecemos em uma evidência específica sem precisar defini-lo.

Uma percepção sem nenhum fundo é inconcebível, diz Merleau-Ponty. Toda percepção supõe um certo passado do sujeito que percebe, e a função abstrata de percepção, enquanto encontro de objetos, implica um ato mais secreto pelo qual elaboramos nosso ambiente. Toda percepção do espaço e do tempo é construída e introjetada a partir da experiência do mundo de cada um de nós. No espaço capitalista, diz Harvey, esta experiência do mundo é controlada pela ideologia dominante.

A experimentação do espaço dá origem ao conceito de lugar. “Espaço” e “lugar” são termos familiares que indicam experiências comuns. O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. O espaço é a amplidão sem limitações, enquanto o lugar têm um sentido de território, é um centro onde atribuímos valor (Tuan, 1993: 03). A construção e a representação do lugar estão ligadas diretamente às condições de

espaço e às práticas político-econômicas, e delas derivam a cidade, que pode ser um lugar ou um conjunto retalhado de lugares que por vezes se superpõem anarquicamente.

Cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular. Em cada lugar a síntese de um espaço é um espaço projetado, de permanências e de mudanças, de ausências e de presenças. Forma e conteúdo ativos, cada elemento está sempre variando de valor, de uma forma ou de outra, cada elemento do espaço — homens, firma, instituições, meio, etc. — entra em relação com os demais. E essas relações são em grande parte ditadas pelas condições do lugar. Sua evolução conjunta ganha características próprias, ainda que subordinada ao movimento do todo, do conjunto de lugares (Coelho, 1992:283).

A noção de identidades territoriais nasce da história do lugar, do papel dos sujeitos identificados com a especificidade de construção do território ⁽³⁾. As identidades nascem da particularidade do lugar, são representações que se tornam elementos constitutivos de uma realidade social e interagem na conformação de ideologias dominantes ou do espírito da época. A história do lugar é assim mediada socialmente por forças sociais que têm o poder de síntese.

A história das cidades tem se caracterizado por focalizar o espaço público e o

3 - A distinção entre espaço e território que estaria no fato de que os territórios se ligariam mais à organização de resistências e ao fortalecimento das identidades individual e coletiva enquan-

to que o espaço se ligaria às relações funcionais de toda a espécie (Gomes & Costa, 1988: 51).

lugar de sociabilidade, privilegiando as atividades econômicas e suas configurações geograficamente sediadas nas cidades; ou ainda, por recortar as formas urbanas desde as aglomerações mais primitivas, orientando-se pelas coordenadas do espaço e da técnica. A nova historiografia urbana, entretanto, procura romper com a concepção de continuidade no tempo como pressuposto de conhecimento das cidades contemporâneas. Associa as cidades à idéia de modernidade, a partir do século XIX, momento em que são problematizadas e concebidas como um espaço de tensões empíricas e conceituais (4).

O Espaço, o Tempo e o Território na Modernidade

A modernidade pode ser vista como um período em que se estabelece uma complexa virtualidade de mudança e o movimento permanente de rápidas substituições e interações do antigo com o novo. Compreende assim a vivência conjunta de múltiplas intensidades entre conflitos e transformações, resistências e ambigüidades, desordem e organização, compondo uma atmosfera com a qual podemos nos confrontar em diversas escalas e contextos espaciais.

O espaço é testemunha e veículo dessa dinâmica. Nele são travados combates, estão cicatrizes de lutas, erguem-se

monumentos ao novo tempo e através de seus signos há a realização simbólica daquilo que comumente se concebe como "vida moderna". Tradicionalmente enfatizado sob a óptica da funcionalidade econômica os "espaços produtivos" devem ser conectados aos "espaços disciplinares", moldados na rica diversidade cultural dos grupos sociais. O espaço (ou território) não apenas é visto pela abordagem estrita de sua funcionalidade produtiva, como também pelo ilimitado potencial de suas significações sociais (5).

Nenhum sítio espacial constitui um exemplo mais característico e acabado de modernidade que o espaço da metrópole, onde se destacam e se revelam as múltiplas conexões dos sentidos atribuídos à espacialidade e à temporalidade. A metrópole incorpora sinteticamente a mudança e a permanência, o caos e a ordem, sem os justapor, congregando-os em uma dinâmica comum um processo físico de expansão contínua e diferenciação crescente da malha metropolitana, ambos vinculadores da mudança e transformação. A expansão espacial da metrópole não avança através de um continuum regular e padronizado, mas sim pela crescente fragmentação, isto é, diferenciação e segmentação espacial. Essa heterogeneidade, a contínua mutabilidade e o ritmo e velocidade das transformações são de tal ordem que exige um intenso esforço de cada indivíduo no sentido de reinterpretar a cada passo estas mudanças, recriando, ainda que simbolicamente,

4 - A cidade exige da sociedade moderna a educação dos seus sentidos, e desponta como o lugar de formação de uma nova sensibilidade, no qual o olhar se arma pelo conceito e classifica em quadros compreensivos tudo o que vê. "É o lugar onde a perda de experiência se dá em favor da vivência, que faz do

homem um ser, cujo comportamento condicionado expressa a situação do autônomo" (Bresciani, 1992).

5 - Os espaços produtivos correspondem àqueles onde desenvolvem-se atividades econômicas, enquanto os espaços disciplinares condicionam as relações sociais (Gomes & Costa, 1988).

seus espaços particulares de referência.

Os projetos urbanos, quer as grandes obras quer as políticas públicas normativas de desenvolvimento urbano, são marcas desse poder, a magnitude e a escala criando um espaço de diferenças, visíveis sobretudo nas áreas centrais da metrópole. Mas nem só pela imensidão, monumentalidade e rápidas mutações se transfigura a experiência espacial do homem moderno. Há também a coexistência entre grupos diversos, que conduzem a outras escalas e espaços muito distantes. A fragmentação espacial leva o indivíduo a uma nova tribalização (Maffesoli, 1995), a recriar laços de identidade e enraizamento, fortalecendo grupos e/ou delimitando novos territórios — condomínios fechados, favelas —, constituindo a expressão mais incisiva destas comunidades, que procuram reproduzir-se endogamicamente e criar todo o repertório cultural comum e exclusivo do grupo. O cidadão da metrópole é ao mesmo tempo desterritorializado e enraizado, condição dialética que se torna mais evidente nos seus deslocamentos cotidianos.

A dimensão temporal da modernidade é dramática e multifacetada. O tempo, através do e com o espaço, envolve um fluxo segmentado de instabilidade, luta e relativa estabilidade (Gomes & Costa, 1988). Trata-se de uma dinâmica no contexto espaço-tempo que se encaminha ou no sentido sincrônico, em que os diversos espaços da metrópole se expressam, ao mesmo tempo e em diferentes intensidades, motivados pelas crises e pela (re)afirmação da mudança; ou no sentido diacrônico, quan-

do prevalece um desses três segmentos por determinados períodos de tempo. As lutas sociais urbanas que reivindicam causas universais como a democracia e a melhoria da qualidade de vida são capazes de mobilizar os habitantes dos mais diferentes espaços da metrópole. A luta por abastecimento d'água levada a termo por uma associação de bairro tem repercussão limitada e pode representar uma situação de instabilidade em apenas um dos diversos espaços da cidade.

A cartografia da metrópole moderna é, portanto, muito mais rica e controversa do que os nossos genéricos projetos e planos urbanísticos podem supor. Além da grande diferenciação no tecido urbano, que cria espaços singulares, da distribuição desigual dos equipamentos e serviços, para além desta configuração física há uma complexa rede de relações entre grupos que traçam laços de identidade com o espaço que ocupam, criam formas de apropriação e lutam pela ocupação e garantia de seus territórios. Como o tempo não para, as mudanças econômicas verificadas na segunda metade do século e analisadas como processos internacionais, impulsionaram a "mundialização-globalização" como fator de crescente e maior importância, produzindo um novo tipo histórico de cidade — a cidade global — (Pretecielle, 1994), diferente das outras metrópoles tanto por sua estrutura econômica e social quanto pelas novas condições espaço-temporais resultantes.

Observa-se nestas cidades globais a intensificação de sua dualização social e

urbana. O êxito econômico e a concepção dominante de um espaço urbano sinônimo de mercado, longe de ajudá-las a melhor solucionar os tradicionais problemas sociais e urbanos, vem sempre acompanhado dos mais violentos contrastes e conflitos ⁽⁶⁾. Verifica-se uma crescente dualização espacial, pelos mecanismos do mercado fundiário e imobiliário, já que a concorrência entre os diferentes usos urbanos leva à apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções que fornecem o maior lucro (funções financeiras e serviços anexos) ou que correspondem ao consumo de luxo (moradia das classes abastadas). Do outro lado, a segregação espacial dos mais pobres, dos excluídos, dos sem teto, a concentração dos grupos marginalizados, desempregados e imigrantes, em certos locais, em conjuntos habitacionais ou em antigos bairros decadentes já é um fenômeno evidenciado desde a formação da metrópole.

A característica mais específica das grandes metrópoles não seria tanto a dualização extrema e sim o extremo contraste social e sua extrema visibilidade, por causa da presença da riqueza extrema e da forte mediatização desses espaços. Essa intensidade de contrastes, sentida pelos moradores, seria também a fonte das tensões sociais e da escalada da violência. Imersa numa realidade de profunda diferença e

exclusão social, a cidade moderna leva à uma organização social da violência que parece ser a expressão local da profunda crise interna de um padrão longamente maturado de relações entre sociedade e Estado.

É no contexto de um processo de deslegitimação do papel do Estado, o qual reduz ainda mais a sua capacidade operacional, que se organiza o exercício privado da violência. O processo de organização da criminalidade nas cidades passa a ser encarado como parte da organização sócio-espacial da violência possibilitada pela perda de seu monopólio pelo Estado. A consolidação do "status" de território independente que as favelas do Rio de Janeiro vêm conquistando é um exemplo da tendência atual da transformação da violência, de meio empregado na obtenção de interesses, em uma nova forma de sociabilidade e, portanto, de uma nova espacialidade (Silva, 1994:147-168).

Espaço, Tempo e Cidadania na Cidade Brasileira

O avanço tecnológico e a reestruturação econômica das grandes metrópoles levaram, nas últimas décadas, a vivermos uma intensa fase de compressão do tempo-espaço (Harvey, 1993: 237) que tem tido um

6 - A cidade global se destaca pela crescente especialização econômica em certas funções hoje dominantes, notadamente: comando e controle nas multinacionais e nas redes hierarquizadas de empresas; mercado financeiro; serviços oferecidos às empresas, sobretudo aqueles ligados às duas funções anteriores. No Brasil, a cidade de São Paulo guarda as principais características de uma cidade global, entre as quais encontram-

se ainda os contrastes sociais espetaculares. Nela se concentra e é visível o máximo de poder e riqueza e, no entanto, longe de ser um lugar de fartura e de prosperidade generalizada, aparecem de modo gritante novas formas de pobreza, fenômenos brutais de exclusão social e de marginalização (Pretecielle, 1994).

impacto de desorientação e ruptura sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural. Isso se dá, sobretudo, pela implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas, significando para o trabalhador uma intensificação do processo de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho.

A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxos de informações possibilitam a circulação de mercadorias cada vez maior. A mobilização da moda do mercado de massas e a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços, que possuem um “tempo de vida” menor que o consumo de bens, são responsáveis pela compressão do tempo.

A queda de barreiras espaciais são efeitos da revolução tecnológica, mas também do aumento da competição capitalista que dá muito atenção às vantagens locais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá o poder de explorar, com bom proveito, mínúsculas diferenciações espaciais. Com a redução das barreiras espaciais, aumenta muito mais a nossa sensibilidade em relação aos diversos espaços que o mundo contém. Trata-se da capacidade de se importar um

determinado ambiente e inseri-lo em outro, político e socialmente distinto, como estratégias locais corporativas. É o que acontece, por exemplo, com as unidades fabris que se proliferam nos bairros orientais de São Paulo.

A compressão do espaço-tempo inflama o estado de torpor social diante das intensas transformações e efemeridade da informação, levando o indivíduo a ritualizar-se mecanicamente com o ambiente profano do consumismo, resultando em ampla desmobilização política em torno dos interesses e conquistas sociais. O domínio do espaço é uma fonte fundamental e persuasiva de poder social (Harvey, 1993). Na sociedade capitalista, o domínio do espaço se articula com o controle do tempo e com o dinheiro para gerar um nexo substancial de poder social impossível de ser ignorado. A hegemonia ideológica e política em toda sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social. Por essa razão, as materializações e significados atribuídos ao dinheiro, ao tempo e ao espaço têm uma grande importância para a manutenção do poder político (7).

As lutas sociais urbanas, por sua vez, ampliam e estendem a cidadania possibilitando novas formas de sociabilidade que acabam por adquirir uma dimensão de lugar. No Brasil, os direitos que surgem nas lutas de bairro assumem uma dimensão territorial/cultural, como é o caso do direito de vizinhança e do direito à cidade presen-

usadas para conseguir e reproduzir distribuições particulares de poder social. As mudanças nas qualidades objetivas do espaço e do tempo podem ser, e com frequência são, efetuadas por meio de luta social (Harvey, 1993).

7 - A grade de práticas espaciais ou a tipologia do tempo social adquirem um conteúdo de classe ou de outro conteúdo social numa dada situação histórica, uma vez que as regras do senso comum que definem o tempo e espaço para tudo por certo são

te nas lutas pela reforma urbana. As enações de cidade e cidadania que se configuram a partir das novas relações entre movimentos populares urbanos com os níveis institucionais de poder, são levadas a cabo por entidades não governamentais e movimentos populares formando uma rede de agentes sociais cujas ações geram “microclimas” de relações que vão modificando, multiplicando e diferenciando as imagens do que é uma sociedade e, portanto, do que é uma cidade.

Forjada nas lutas urbanas, a construção da cidadania se faz pela desobstrução do mascaramento ideológico, na busca da acessibilidade ao espaço e justa remuneração do tempo de trabalho. Amplamente utilizado nos projetos urbanos de modernização, o discurso ideológico desviante tem uma estratégia recorrente. Por detrás da reconstrução da imagem da cidade e adesão ampla aos projetos de ordenação social, há um “habilidoso esforço de revelação/ocultamento operado, tanto pelas imagens reais (cenários, paisagens de rua), quanto pelas imagens metafóricas (imagens da literatura, da medicina, da engenharia, etc, produzidas como conhecimento sobre a cidade), no sentido de inserir todos, com os mesmos direitos, na ordem social, numa modernização que não se faz acompanhar pela reformulação social, capaz de redefinir a feição da cidade e da sociedade” (Pechman, 1992) ⁽⁸⁾.

8 - Dominantes e dominados se “igualam”, participantes da mesma paisagem urbana, da mesma fotografia, na ilusão de uma imagem homogênea do país. Posando para o novo tempo, para o porvir, mal sabem que a imagem dos primeiros será revelada

A construção da cidadania também se vincula ao projeto de sociedade autônoma que se estabelece pela capacidade da sociedade de não apenas reconhecer em seu próprio espaço as leis e as instituições, mas de ter a consciência clara que ela mesma pode corrigi-las e modificá-las, uma vez que também pode dispor de um tempo próprio à percepção e experimentação. Afinal, foi através do não-reconhecimento da questão da legitimidade da diferença, do não reconhecimento do outro ou dos outros sujeitos sociais que possuíam interesses, valores e direitos legítimos, que se forjou um espaço público descidadanizado.

No Brasil, a sociedade consagrou a desigualdade pela sanção da lei do mais forte, produzida historicamente por regimes autoritários onde o Estado era o porto de salvação, transformando a cidadania em uma estadania. O Estado criou a “cidadania regulada”, uma vez que desenvolveu mecanismos clientelistas para regular e fazer frente às reivindicações reprimidas e deslegitimadas (Silva, 1990). A sociedade brasileira desenhou um espaço urbano instituído pelo mesmo profundo movimento de desigualdade e injustiça, através de critérios e privilégios racionais — que é a sua marca de origem —, com o objetivo de definir pela ação homogeneizadora, lugares e territórios para cidadãos e não cidadãos.

Os projetos urbanos, não admitindo a diversidade, induzem a um modelo que

com todos os tons, enquanto que a dos segundos restará no negativo, esperando por outros tempos para revelar-se (Pechman, 1992: 36).

destrói lugares públicos de encontros, festas, comícios, espaços de mobilização, de relatos e trocas de experiências comuns; enfim destroem valores culturais significativos. A utopia da ordem burguesa imposta a um espaço deslegitimador das diferenças, precisou criar as figuras das classes perigosas, para as quais eram atribuídos outros "territórios" ou lugares, porém nunca o espaço de representação pública (Silva, 1992).

A consolidação da democracia representativa e as lutas sociais urbanas têm fomentado novos sujeitos coletivos que imprimem outra representação de cidade, a partir da fábrica e dos bairros como espaço político privilegiado por onde se demanda cidadania e onde se fomenta a constituição de um sistema de representação política. É neste sentido que a participação popular tem sido chamada de conjuntura da cidadania, pois configura um espaço público onde não somente são criados novos direitos, mas também onde se procura, por várias formas, incluir o direito de participação pública, abrangendo a capacidade de escolher, julgar e participar da gestão urbana.

Os direitos urbanos conquistados, e a serem ainda conquistados, permitem apontar para uma série de novos significados que emergem das relações entre os movimentos sociais e o poder: uma explosão dos referenciais do social no espaço e tempo institucionais, no mesmo momento em que ele é conquistado como espaço e tempo públicos, reconhecimento da legitimidade pública da diferença. Isso implica, em respeito aos territórios, lugares e identi-

dades construídos pelas práticas concretas dos cidadãos e fortalecimento dos fóruns democráticos de decisão coletiva, tais como os conselhos municipais de urbanismo.

O projeto de autonomia de uma sociedade se dá em um tempo público, indeterminado, e que reatualiza no tempo a questão da memória coletiva. Ao inspecionar suas próprias ações no passado, a coletividade se abre para um futuro indeterminado, de onde pode criar o novo, de onde pode realizar as novas tarefas. Se a construção de uma sociedade urbana mais justa, e portanto de projetos urbanos mais democráticos, possui uma perspectiva ilimitada, na medida em que está sempre aberta para a possibilidade de sua modificação, conclui-se que o imprevisível, o novo, o indeterminado são inerentes ao regime democrático. Esse espaço e tempo públicos ao conformarem um processo indeterminado abrem a possibilidade para instituí-lo sempre de novo e, portanto, diferentemente.

Sendo impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga, o que nos resta? Cruzar os braços e deixar correr livre o jogo das forças econômicas e sociais que hoje se degladiam pela hegemonia do espaço e do tempo urbanos? Ou então, devemos encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, para uma outra sociedade? Talvez valha a pena reconsiderarmos a idéia de Lefebvre (1969) de um projeto urbano conduzido por um novo conhecimento da cidade que considere as necessidades sociais. Uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana,

segundo ele, pressupõe a utilização dos recursos da ciência e das artes, que seja suporte para este projeto urbano. O passado, o presente e o possível não se separam. A cidade é um objeto virtual que exige não apenas novas formas de pensar, mas novos e constantes desafios para a conquista da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRESCIANI, M. S. (1992) Permanência e Ruptura no Estudo da Cidades. IN: A. Fernandes & M. A. A. Gomes (Org.) *Cidade e História*. Salvador: UFBA.
- COELHO, F. (1992) A Construção de Identidades Territoriais e a História do Lugar. IN: A. Fernandes & M. A. A. Gomes (Orgs.), *Cidade e História*. Salvador: UFBA.
- GOMES, P. C da Costa & COSTA, R.H. (1988), *O Espaço da Modernidade*. IN: *O Espaço em Questão*. São Paulo : Ed. Marco Zero/AGB.
- HARVEY, David. (1993), *Condição Pós-Moderna*. São Paulo : Edições Loyola.
- LEFEBVRE, H. (1969), *O Direito à Cidade*. São Paulo: Ed. Documentos.
- MAFFESOLI, M. (1995), *A Contemplação do Mundo*. (trad. F. F. Settineri). Porto Alegre: Artes e Ofício Ed..
- MERLEAU-PONTY, M. (1994), *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo : Ed. Martins Fontes.
- PECHMAN, R. M. (1992), *Um Olhar sobre a Cidade: Estudo da imagem*. IN: A. Fernandes & M. A. A. Gomes (Orgs.). *Cidade e História*. Salvador: UFBA.
- PRETECIELLE, E. (1994), *Cidades Globais e Segmentação Social*. IN: L. C. Q. Ribeiro & O. A. dos Santos Júnior (Orgs.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SILVA, A. A. (1990). A Luta pelos Direitos Urbanos: Novas representações de cidade e cidadania. *Revista Espaço e Debates*, **30**: 28-41.
- SILVA, L. A. Machado da. (1994) *Violência e Sociabilidade: tendências na atual conjuntura urbana no Brasil*. IN: L. C. Q. Ribeiro & O. A. dos Santos Júnior (Orgs.) *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- TUAN, Yi-Fu. (1983), *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo : Difel.